

Nem estabilidade, nem desenvolvimento

CRESCIMENTO ECONÔMICO SE RESENTE DA FALTA DE UMA ECONOMIA ESTÁVEL

CARLOS A. SARDENBERG

Não é que a economia não cresce por excesso de estabilidade. Ela não cresce por falta de estabilidade.

O ponto de partida é o seguinte: não há estabilidade estrutural nem desenvolvimento sustentado.

Há, sim, um programa de ajuste das contas públicas que vem dando certo, mas isso é recente e precário. Trata-se do Programa de Estabilidade Fiscal, lançado pelo governo no final do ano passado, quando o País chacoalhava no turbilhão da crise internacional. Esse programa estabeleceu as metas de superávit para 1999, 2000 e 2001 e foi a base do acordo com o FMI.

É necessário produzir esse superávit. A dívida líquida do setor público chegou a 50% do Produto Interno Bruto. Na verdade, não é muito em valores absolutos. Há países em que a dívida passa dos 100% do PIB, mas é de longo prazo, estável e financiada com juros baixos. Pagável, portanto.

A dívida do governo brasileiro é de curtíssimo prazo, cresce mais que o PIB, pagando juros elevados. O que conta é essa trajetória. Nenhum governo, nenhuma empresa ou família é viável com endividamento crescente. Quando os credores percebem param de financiar. Quando estão só desconfiados cobram juros elevados.

A expectativa muda quando o governo, nessa circunstância, produz um superá-

vit primário. Isto é, se depois de pagar as contas de pessoal, aposentadorias e funcionamento da administração sobrar dinheiro para amortizar dívida e juros. Não precisa nem reduzir a dívida, basta estabilizar a relação dívida/PIB. Mais ou menos como uma família estabilizar a relação entre suas dívidas e suas receitas. Vai pagando tudo em dia, não mata a dívida, mas a financia em condições razoáveis.

Esse é o propósito do Programa de Estabilidade Fiscal: criar superávits primários expressivos por três anos seguidos, para estabilizar a dívida. Claro que isso é uma tremenda restrição ao gasto público, qualquer que seja ele, para comprar merenda ou comprar um foguete para a Aeronáutica?

Mas o que aconteceria sem o superávit? A dívida seguiria crescente, os credores cairiam fora e o governo ficaria sem condições de financiar-se, isto é, de tomar novos empréstimos para rolar empréstimos antigos. Aí, seria preciso escolher entre pagar credores e comprar remédio para o Ministério da Saúde.

Claro que se vai comprar o remédio. E quem são os credores que levam o cano? Bancos, certamente, especuladores, mas também todos os brasileiros que têm alguma poupança aplicada em fundos, já que esses fundos aplicam em títulos públicos. (Portanto, caro leitor, cuidado. Se o senhor ou a senhora tem uma aplicação financeira, é con-

sigo mesmo que o pessoal está falando quando denuncia que o governo está cortando gasto social para pagar aos credores.)

Justamente pensando nos poupadores brasileiros, o governo, em vez de dar o cano, pode imprimir dinheiro e pagar a todo mundo com reais novos.

O calote leva a uma brutal desorganização no setor público, que está todo endividado, e no setor privado, que seria confiscado de sua poupança financeira.

Já imprimir dinheiro daria inflação.

Escolha simples, não?

Não é difícil perceber que, mesmo com o arrocho atual nos gastos públicos para fazer o superávit primário, isso certamente é melhor que as alternativas.

Mas não é tudo. Há ajuste precário e estabilidade estrutural. O projeto de Orçamento 2000 está no primeiro caso: o superávit é garantido com receitas excepcionais, como venda de ativos, e impostos e contribuições ruins, aqueles que, além de onerar, atrapalham a atividade produtiva.

É assim porque faltaram as reformas estruturais – sim, aquelas – que permitiram aos governos equilibrar de modo permanente os gastos com pessoal e aposentadoria. Neste ano, o déficit previdenciário do governo federal chega a R\$ 29 bilhões, sendo maior do que o do ano passado. Tem de economizar na merenda escolar e nas universidades para pagar previdência e juros.

Eis por que as pessoas se impacientam. Tanto tempo de arrocho, serviços públicos mantidos a pão e água,

funcionalismo sem reajuste – e ainda não deu?

Pois é, não deu. E a prova está aí mesmo. Já vai para cinco anos sem reajuste geral para o funcionalismo federal, o número de funcionários caiu, e o gasto com a folha de ativos e inativos aumentou. Isso é um problema estrutural, a ser resolvido com uma reforma administrativa – cuja votação ainda não terminou.

Por outro lado, a busca da estabilidade não elimina o crescimento. Quanto mais estável é a dívida do setor público, menos vulnerável é o governo e assim os credores se contentam com juros menores. Com isso, não apenas o governo gasta menos com o pagamento com juros, como caem os juros para o setor privado – o que favorece o crescimento.

Aliás, é a hipótese (otimista) que está prevista no Orçamento 2000 – um crescimento de 4% do PIB, favorecido por uma forte redução dos juros, na sequência dos superávits. E com a economia crescendo, o governo arrecada mais impostos e pode gastar mais.

Em resumo, não é verdade que a economia brasileira não cresce por excesso de estabilidade ou exagero na busca de estabilidade. É o contrário: a economia não está crescendo por falta de estabilidade. E crescerá tanto menos quanto maior for a demora em passar do ajuste precário para a estabilidade estrutural.

■ Carlos Alberto Sardenberg é jornalista

e-mail: sarden@uianet.com.br

■ O artigo de Suely Caldas, excepcionalmente, não é publicado hoje

05 SET 1999

ESTADO DE SÃO PAULO